



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 8/2009 -----

-----Aos catorze dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dra. Elsa Maria Lopes Correia, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 09 de Abril de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **423.293,94 € (Quatrocentos e vinte e três mil duzentos e noventa e três euros e noventa e quatro centimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**2.1 - INTERVENÇÃO DA SRª VEREADORA MARIA JOSÉ FEIXINHO**-----

**2.1.1 – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA CIDADE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho referiu-se às obras de requalificação da cidade, questionando o Sr. Presidente da Câmara relativamente à pavimentação das artérias que já foram alvo de intervenção, nomeadamente a Rua Prof. Dr. Antunes Varela e Av. 5 de Outubro (Rua de acesso aos CTT), ou seja, se essa pavimentação já é definitiva ou não, e em caso afirmativo, para quando é que se prevê a pintura das referidas vias, inclusivamente a marginalização e colocação de passadeiras para peões, que, nesta fase, é aquilo que denota fazer mais falta aos cidadãos.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra e no que diz respeito à colocação de passadeiras para peões, tal como referido pela Sra. Vereadora Maria José Freixinho, recomendou à Câmara Municipal a instalação de iluminação especial, quer nas passadeiras a construir, quer nas passadeiras já existentes, para que qualquer cidadão esteja seguro de que realmente é visível ao automobilista quando tenta atravessar a passadeira, lembrando que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

este sistema tem vindo a ser adoptado por muitas cidades do país, dado constatar-se que uma das causas de atropelamento nas passadeiras é a falta de iluminação. -----

-----O Sr. Presidente referiu que era pressuposto que a pavimentação das referidas artérias fosse definitiva, sendo que no entanto por força de terem sido detectadas algumas deficiências em termos de pavimento, existem situações a corrigir. Disse ainda que é um assunto que está a ser tratado directamente com os Serviços Técnicos desta Câmara Municipal e a entidade adjudicatária daquela obra. No que diz respeito à pintura de passadeiras para peões, referiu existirem zonas de pavimento elevado, e outras em que as mesmas estão definidas com o rebaixamento do lancil do passeio e que a seu tempo irão ser devidamente pintadas e sinalizadas para que as pessoas saibam que ali existe um espaço de atravessamento da via. Quanto à colocação de iluminação especial nas passadeiras considerou que pode ser uma medida importante, referindo no entanto que “na nossa memória colectiva não temos registo de acidentes em passadeiras”. Referiu ainda que “a cidade de Oliveira do Hospital não permite grandes acelerações, pelo facto de os arruamentos serem relativamente curtos em termos de comprimento, onde não há a possibilidade dessas atitudes repentinas, e por isso, nessa matéria, julgo que não está previsto ao nível das obras de requalificação da cidade, a instalação de iluminação especial nas passadeiras”, explicando que “a iluminação que vai ter permitirá boa visibilidade e, face à restrição do próprio espaço das ruas da cidade não haverá a possibilidade de se atingirem velocidades elevadas”.-----

-----**2.1.2 – DECRETO-LEI Nº 17/2009, DE 14 DE JANEIRO**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho fez referência ao Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro, que altera o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, diploma que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta, salientando que “pese embora tenha sido publicado em Janeiro, a sua entrada em vigor é recente e têm vindo a ser levantadas algumas questões relativamente aos condicionalismos que o diploma prevê em termos de edificação”. Mais referiu que “tudo isto deverá ser coordenado com o Plano Municipal de Defesa da Floresta no Combate contra Incêndios”, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação no que diz respeito a esta matéria, com vista à implementação do Decreto e bem assim à criação de alguma viabilidade de determinadas construções que se enquadrem na Lei e possam ser devidamente regulamentadas pelo Município de Oliveira do Hospital, uma vez que “o referido diploma dá alguma “liberdade” às Câmaras Municipais no sentido de se concretizarem alguns normativos”.-----

-----O Sr. Presidente explicou que teve o cuidado de, em devido tempo, informar este órgão de que as “alterações legislativas que vêm sendo feitas têm trazido modificações substantivas na organização territorial, e que tem tido implicações, inclusive, no processo de Revisão do Plano Director Municipal, uma vez que este diploma legal, desde que foi publicado, teve implicações directas e imediatas, nos trabalhos de revisão do PDM”. Prosseguiu salientando que “é necessário que as pessoas também percebam porque razão é que muitas vezes as revisões desses Planos não são aprovadas dentro daquilo que seriam prazos considerados razoáveis. É que, o nosso sistema legislativo está sempre a ser alterado, e essas alterações por sua vez têm implicações directas no desenvolvimento desses processos”. Explicou ainda que, no caso deste diploma, é claro e inequívoco quando diz que “em zonas de risco elevado e muito elevado de incêndio” não podem ser implementadas construções. Mais referiu que a referida legislação dispõe ainda que “mesmo nas outras zonas onde não há um risco elevado ou muito elevado”, tem que ser salvaguardada a zona de protecção de construção para que, em caso de sinistro, a evacuação da habitação seja feita em segurança. Referiu ainda que “o que acontece neste caso, é que o Município de Oliveira do Hospital



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

tinha, inclusive, no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, uma Carta de Risco, aprovada pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta, a qual foi elaborada de acordo com os parâmetros definidos na Lei e que estabeleçam o risco”, esclarecendo que “com a publicação deste Decreto-Lei, essa Carta de Risco prevê, em áreas classificadas de possível urbanização, zonas consideradas de risco elevado”, o que no seu entender significa que existe aqui um conflito. Explicou que aquilo que já foi solicitado, ao Engº Técnico Florestal, é a necessidade de elaborar um trabalho de alteração da Carta de Risco de forma a retirar da mesma tudo o que está considerado no PDM em vigor como espaço urbanizável ou de possível urbanização, sublinhando que “essas zonas têm que ser retiradas”. Concluiu referindo que há ainda muito trabalho para ser feito, salientando que em termos jurídicos há uma interpretação no sentido de que esta legislação não se pode sobrepor àquilo que já há definido em termos de PDM. Disse ainda que, embora seja muito moroso, esse trabalho vai ter que ser feito no sentido de acautelar os interesses dos particulares e as perspectivas que havia sobre esta matéria. Referiu ainda discordar com o que tem vindo a ser feito por outros municípios ao nível da redução da faixa de 50m para 10m, por entender que não será essa decisão que vai resolver necessariamente o problema. -----

**2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----**

**-----2.2.1 – SEGURANÇA POLICIAL NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL----**

-----O Sr. Vereador Albano Almeida começou por se referir ao aumento da criminalidade em todo o país, salientando que ao contrário do que muita gente diz, trata-se de uma constatação geral. Disse ainda entender que “o Município de Oliveira do Hospital, no que diz respeito a Agentes Policiais, e comparado com outros Municípios, está a ser prejudicado na medida em que a cidade de Oliveira do Hospital tem 16 Guardas Republicanos, Tábua tem 17, Seia tem 50, e Arganil tem tantos quantos em Oliveira do Hospital, prevendo-se que venha a aumentar substancialmente em virtude do Destacamento da GNR em Arganil”. Mais referiu entender que as medidas que estão a ser adoptadas a nível Governamental para o Município de Oliveira do Hospital, quanto a efectivos da GNR, é insuficiente, chamando a atenção da Câmara Municipal para que este assunto seja devidamente ponderado e analisado, por considerar que este Município está a ser descurado no que diz respeito à segurança policial.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que ao compararmos o território de Oliveira do Hospital com o território de Arganil verificamos que são territórios totalmente diferentes, explicando que “se uma patrulha da GNR sedeadada no centro de Arganil tiver que se deslocar ao Piódão para resolver determinado problema, vejam o tempo que se demora para lá chegar. Já no caso de Oliveira do Hospital se a patrulha da GNR tiver que se deslocar à Felgueira Velha, demora no máximo 20 minutos e caso pretenda deslocar-se até Aldeia das Dez, ou Chão Sobral demorará meia hora. Ou seja, estamos a falar de realidades diferentes. Não quero com isto dizer que o Município de Oliveira do Hospital não deva ter mais agentes policiais de forma a aumentar os níveis de patrulhamento, agora como noutras matérias, considero que as autarquias deveriam ser ouvidas, o que não acontece.” -----

**-----2.2.2 – APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A CARENCIADOS -----**

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu ter conhecimento de muitas pessoas residentes no concelho de Oliveira do Hospital que, em face da crise financeira, não levantam os medicamentos indispensáveis para a sua sobrevivência por falta de dinheiro. Em face desta constatação sugeriu à



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal que, à semelhança do que vem acontecendo em outros municípios, a autarquia se disponibilize para apoiar a aquisição de medicamentos a pessoas mais carenciadas do concelho, sugerindo um apoio de 50% daquilo que o Estado não comparticipa, através de um acordo firmado entre as farmácias e o Município de Oliveira do Hospital. Conclui considerando que seria interessante pensar neste assunto. -----

-----O Sr. Presidente admitiu poderem existir situações desta natureza, salientando que “infelizmente, no nosso país, a política do medicamento tem sido uma política desastrosa, porque, como sabemos, a maioria dos idosos, mal sente uma dorzinha, ou vai para o consultório privado do médico ou vai para o Centro de Saúde/Hospital público, sobrepondo muitas vezes a ingestão de medicamentos e de outros que acabam por não ser utilizados mesmo estando dentro da validade. Lembrou que já há concelhos a promoverem a criação de lojas sociais em que um dos seus objectivos é fazer com que as pessoas que deixaram de tomar medicamentos, que ainda se encontram dentro do prazo de validade, procedam à sua entrega no sentido de ainda poderem vir a ser utilizados por doentes em situação de carência económica, sublinhando que seria interessante que o Município de Oliveira do Hospital, através dos serviços sociais, seguisse o mesmo exemplo, por considerar “que o princípio utilizado seria o que se aplica no caso da acção social escolar, no âmbito dos apoios prestados com vista à aquisição de material escolar”. Salientou ainda que isto não significa que não se venha a considerar num Projecto de Regulamento que está em desenvolvimento o apoio na área da saúde e, nomeadamente, a questão dos medicamentos para doentes crónicos, e em situações de excepção, a cidadãos e/ou famílias carenciadas. Entendendo assim que se trata de um documento que na altura própria será presente em reunião de executivo para análise e submissão à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu subscrever na íntegra a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Albano Almeida no que diz respeito ao apoio à aquisição de medicamentos para pessoas carenciadas, salientando que “é uma proposta válida e perfeitamente enquadrável no Plano de Emergência Social”.-----

-----**2.2.3 – PROGRAMA FÉRIAS OCUPADAS**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se ao Programa Férias Ocupadas, dando conta de que, na sua opinião, é um programa muito interessante. Manifestou ainda o seu desejo de que efectivamente os jovens saibam aproveitar esta oportunidade, para que de futuro tenhamos pessoas independentes que saibam resolver os seus problemas, de maneira a ultrapassar as suas dificuldades, lembrando que os jovens de antigamente ocupavam a suas férias a trabalhar na agricultura ao lado dos seus pais.-----

-----O Sr. Presidente referiu entender que o Programa Férias Ocupadas não retira em nada a possibilidade de os jovens continuarem a utilizar algum tempo das suas férias a trabalhar na agricultura ou a desenvolver qualquer outra actividade, salientando que “as únicas situações que as Férias Ocupadas permitem é, por um lado, os jovens perceberem de que há serviços públicos que nós podemos prestar e que são importantes, e que eles também podem ter uma missão muito específica. Ou seja, se não conseguirmos mais nada com as Férias Ocupadas e conseguirmos que os jovens percebam que não se deve deitar um sinal de trânsito abaixo, que não se deve pintar um sinal de trânsito, que não se deve andar por aí a pintar abrigos de passageiros ou a proceder à sua demolição, e que não devem andar por aí a vandalizar aquilo que são aspectos que fazem parte da nossa arquitectura, enquanto cidade, ou enquanto aldeia, eu já dou por bem empregue todo o dinheiro que a Câmara Municipal gasta no desenvolvimento deste programa”. Referiu igualmente considerar que o mais importante é que “os jovens percebam que nunca se pode ter acesso a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

qualquer quantia, por muito pequena que ela seja, sem que se produza para tal.” Considerou ainda que este tipo de actividades também funciona como sensibilização no sentido da educação para o trabalho, sublinhando que do trabalho é que devem provir os rendimentos, e não de qualquer outra forma. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que não é contra o Programa Férias Ocupadas, tanto mais que defende os conceitos e os princípios referidos pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**2.2.4 – ESCOLAS DESACTIVADAS**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que no concelho de Oliveira do Hospital há muitas escolas desactivadas, salientando que é muito constrangedor passar por algumas localidades e verificar que alguns dos edifícios escolares que foram requalificados há bem pouco tempo se estão a degradar pelo facto das escolas terem sido encerradas. Manifestou a sua tristeza pelo facto de verificar que esses edifícios estão abandonados, quando no seu entender poderiam ser aproveitados para efeitos de promoção social das comunidades. Prosseguiu questionando o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao número de escolas que estão desactivadas no concelho de Oliveira do Hospital e bem assim acerca daquelas que pretendem encerrar de futuro. Concluiu propondo à Câmara Municipal que se fizesse o maior aproveitamento possível dessas escolas para que não continuem em degradação.-----

-----O Sr. Presidente referiu que, tal como é do conhecimento público, algumas das escolas desactivadas e que foram alvo de requalificação já estão a funcionar no âmbito de outras valências, lembrando o caso da Biblioteca/ Ludoteca de Lagares da Beira e da Biblioteca de Penalva de Alva. Disse ainda que existem outras escolas desactivadas, e que à semelhança do que já referiu neste fórum, existem duas possibilidades, a de venda e a de adaptação, por exemplo, para habitação social, uma vez que as que existem desactivadas são poucas e localizam-se em localidades onde já há sedes de associação/colectividade, não se justificando, em termos gerais, que elas tenham outro fim que não seja eventualmente no domínio do social. Salientou que no seu entender são essas as duas finalidades que, nesta fase, se podem dar às escolas que estão desactivadas.-----

-----**2.2.5 – NOVA DIRECÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida deu conta de que esta semana decorreu a cerimónia de tomada de posse dos novos directores executivos dos Agrupamentos dos Centros de Saúde criados na região Centro, manifestando o seu desejo de que esta remodelação traga benefícios em termos de segurança na saúde, nomeadamente no que diz respeito aos cidadãos do Município de Oliveira do Hospital. -----

-----O Sr. Presidente deu conta que ninguém consultou a autarquia sobre esta matéria, explicando que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital apenas foi auscultada relativamente à sua posição quanto à localização da sede do ACE. Mais referiu que “um Governo, seja ele qual for, que pretende vir de encontro àquilo que são os problemas das populações tem que dialogar com aqueles que mais próximo governam essa mesmas populações”. Disse igualmente que “se assim não for as políticas que são definidas, põem, à partida, à margem, a parte mais importante do problema e por isso esta política é errada porque não é minimamente concertada com quem o deveria ser”, entendendo assim que “não podemos nós estar a falar de acção de social e de outras políticas, sejam elas quais forem, quando a montante está uma entidade que tem todo o poder para legislar e todo o poder para financiar, e portanto, assim o sistema não pode funcionar como deve ser, porque as políticas são desenvolvidas e definidas sem que a parte mais representativa das populações seja



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

ouvida. Referiu também que “é evidente que nós sabemos que há autarcas que defendem a tese de que, na sua terra tem que existir de tudo. Ou seja, eu já não defendo esse princípio. Compreendo no entanto que estes assuntos deviam ser debatidos com todos aqueles que representam as populações e que seria, julgo eu, relativamente fácil encontrar soluções que pudessem estar de acordo com aquilo que são as pretensões das populações para a resolução dos problemas. Agora, com este sistema não me parece. Neste caso, não houve a preocupação da Administração Regional de Saúde de reunir os Srs. Presidentes de Câmara para comunicar quaisquer alterações. Tudo isto foi feito à margem de quem efectivamente está mais próximo das populações, e portanto nesta perspectiva, quer ao nível da segurança, quer ao nível da saúde, quer ao nível da justiça, quer ao nível da educação, naturalmente que as coisas não podem funcionar.” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que os Centros de Saúde, enquanto Unidades de Funcionais de Saúde, não desaparecem. Mais referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse, neste fórum que “o Município de Oliveira do Hospital foi convidado a pronunciar-se sobre a constituição dos ACES há vários meses atrás”, referindo igualmente desconhecer se foi enviada alguma posição do Município sobre o assunto. Disse ainda que o diploma que cria as ACES diz que “foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses e promovida a audição da Associação Nacional de Freguesias”, pelo que considera que as freguesias e os Municípios foram ouvidos. Explicou também que os ACES têm uma série de serviços onde são integrados os Centros de Saúde que deixam de ter um Director e passam a ter um Coordenador, sendo que, posteriormente os ACES são organizados através de um Conselho Executivo, um Conselho Clínico e um Conselho da Comunidade, onde têm assento um representante indicado pelas Câmaras Municipais da área de actuação do ACE que preside, em que um Presidente de Câmara é que preside ao Conselho da Comunidade do ACE e tem um representante de cada Município abrangido pelo ACE, designado pelas respectivas Assembleias Municipais. Concluiu referindo que “agora dizer que o Governo não dialogou e não ouviu os municípios, é um erro e uma injustiça, e o Sr. Presidente não foi correcto, é a minha opinião e a minha critica politica aberta que lhe faço. Portanto acho que do ponto de vista da co-responsabilização colectiva pela qualidade, funcionalidade e acessibilidade aos serviços de saúde, acho que o município tem peso e cumpre uma função objectiva.” -----

-----O Sr. Presidente chamou a atenção do Sr. Vereador Francisco Rolo para as competências do referido Conselho da Comunidade, lembrando que a intervenção dos Presidentes de Câmara seria importante se obrigatoriamente tivessem que ser ouvidos para a indicação do respectivo Director Executivo do ACE, a título de exemplo. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “a Câmara Municipal já nomeia vários responsáveis de entidades que lhe estão ligados, queria também, agora, nomear o Director do Centro de Saúde?” -----

## **2.3 - INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----**

### **-----2.3.1 – CRIAÇÃO DE UMA CICLOVIA NO CIRCUITO OLIVEIRA DO HOSPITAL/ BOBADELA-----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

-----“Esta questão prende-se com uma proposta que aqui lancei em Setembro de 2008. Proposta essa que visava que fossem feitos estudos técnicos nomeadamente quanto à definição de uma rede de Ciclovias em torno da cidade, e particularmente a criação de uma Ciclovia entre Oliveira do Hospital e Bobadela. Na altura, até precisei que esses estudos poderiam ser realizados pelo Gabinete Técnico Local. Portanto, foi uma proposta lançada, creio que em Setembro de 2008, a qual entendi



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

como útil, à semelhança de outras que fiz ao longo do mandato. Assim, questionava o Sr. Presidente da Câmara acerca do ponto de situação relativamente aos trabalhos técnicos realizados para a definição, em particular desta Ciclovía, Oliveira do Hospital/ Bobadela/ Oliveira do Hospital. Essa proposta foi de alguma forma integrada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009. Entretanto, a Bobadela foi incluída na Rede das Aldeias do XISTO, o Município de Oliveira do Hospital aderiu a um protocolo de parceria com a Rede das Aldeias do XISTO, questionava, em suma, sobre quais os trabalhos técnicos é que foram realizados relativamente à Ciclovía e bem assim se a referida Ciclovía integra a candidatura da Rede das Aldeias do XISTO no Plano de Investimentos que foi definido no âmbito do PROVERE, ou seja, gostaria de saber se de facto foi dada sequência a esta proposta, quer em termos técnicos, quer em termos de definição ou de candidatura a ajudas. Recordo que outras candidaturas para criação de Ciclovias e Ecopistas aqui na nossa região foram entretanto aprovadas no âmbito do QREN.” -----

-----O Sr. Presidente referiu que, neste momento, ainda não existe qualquer estudo elaborado com vista à criação da referida Ciclovía, salientando que, no caso concreto da Bobadela, e no âmbito do PROVERE, aquilo que foi previsto foi a requalificação das fachadas e de algum espaço público, por ter sido considerado mais importante no momento do que a possibilidade de ter uma Ciclovía entre Oliveira do Hospital e Bobadela, manifestando o desejo de que a respectiva candidatura seja aprovada. -----

**-----2.3.2 – CRECHE DA CASA DA CRIANÇA SARAH BEIRÃO DE TRAVANCA DE LAGOS - ABAIXO-ASSINADO -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se à localidade de Travanca de Lagos, designadamente ao abaixo-assinado organizado por pais e encarregados de educação das crianças que frequentam a Casa da Criança Sarah Beirão de Travanca de Lagos, relativamente às condições de segurança e de atravessamento da via junto àquele equipamento social, salientando que “foram feitas várias considerações sobre o risco que há para aquelas crianças, mas também para os idosos. Creio que o abaixo-assinado foi enviado, quer para a Junta de Freguesia, quer para a Câmara Municipal. Pelo menos, uma notícia do Diário de Coimbra assim o refere. É assumido o risco de perigosidade daquele troço, nomeadamente para as crianças e, o mais complexo, é que é o próprio Presidente da Junta de Freguesia que admite que o problema já se vem arrastando há algum tempo, e inclusivamente citando que “tem sido um milagre nunca se ter dado ali uma tragédia”. Portando a questão que coloco é quais as medidas que vão ser tomadas no sentido de atacar este problema, minorar os riscos para os utentes da via, nomeadamente para os peões, e bem assim que medidas técnicas é que vão ser adoptadas pelo Município de Oliveira do Hospital para garantir a segurança naquele troço da via”.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente admitiu de que efectivamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos tem vindo a fazer referência a estas questões, assim como também admitiu de que tem vindo a dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que “não podemos andar a executar a beneficiação de pavimento em todas as vias, para depois andar a colocar passadeiras elevadas, que, aliás, hoje é aquilo que hoje toda a gente quer”. Mais referiu que “dentro de Travanca de Lagos não se pode circular a mais de 50 Km/H, e aquilo que acontece é que há indivíduos que não cumprem a Lei e circulam a 70, a 80 e até mais”. Disse ainda que à semelhança da freguesia de Travanca de Lagos, Penalva de Alva também tem vindo a apelar à colocação de passadeiras elevadas dentro da localidade, o que, na sua opinião, não faz grande sentido que depois das vias pavimentadas se andem a introduzir passadeiras elevadas dentro das localidades, admitindo que tem vindo a resistir a esta “tentação” facilitadora da colocação de passadeiras elevadas pensando que se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

resolvem os problemas, uma vez que existem limites de velocidade que devem ser cumpridos. Referiu ainda entender que o mais importante e fundamental seria a autoridade local fiscalizar estes locais, em horários diferentes a fim de identificar os prevaricadores. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo fez referência à quantidade de vezes que foram colocadas lombas em Gavinhos de Baixo, junto à Escola do 1º CEB, mediante a intervenção da Câmara Municipal, lembrando que sistematicamente saltavam por partes, ou eram retiradas, situação que foi acontecendo insistentemente, durante alguns anos seguidos, acabando por optar pela colocação de lombas de borracha. Disse ainda que “se aí foram colocadas para segurança das crianças que frequentam a escola, porque não colocar também em Travanca?” -----

-----O Sr. Presidente referiu tratar-se de situações diferentes, lembrando que no caso de Travanca de Lagos atravessa a localidade em que existem habitações à esquerda e à direita, explicando que no caso de Gavinhos de Baixo o elemento que levou à colocação de lombas à data, foi nomeadamente o facto de ser uma zona de aceleração. -----

-----O Sr. Presidente referiu que efectivamente tem procurado “resistir”, e de alguma forma “demover” os Srs. Presidentes das Juntas dessa situação por entender que existem limites de velocidade que estão definidos na Lei, salientando que “é preciso que as autoridades fiscalizem e punam os infractores”. Prosseguiu, referindo que “ninguém nos garante que mesmo com passadeiras elevadas não possam ocorrer acidentes”, lembrando que as crianças facilitam muito em termos de passagem nas passadeiras, concluindo dizendo que não é contra a sua instalação, apenas defende que existem outros mecanismos que de facto devem funcionar e que evitam de certa forma a necessidade de execução desses elementos. -----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho lembrou o caso da cidade do Funchal que como medida de prevenção colocou nas margens das estradas a figura fictícia, em tamanho real, de um agente policial, medida esta que tem vindo a provocar um impacto muito positivo junto dos automobilistas. -----

**-----2.3.3 – ESTADO DE DEFINHAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se ao Mercado Municipal de Oliveira do Hospital, sublinhando que “é um equipamento que, neste momento, e por aquilo que apurei, tem algumas bancas utilizadas por duas vendedoras de peixe, uma vendedora de bacalhau, um vendedor de fruta e duas padarias”. Deu ainda conta de que esses comerciantes se queixam com a falta de movimento do Mercado Municipal, sugerindo a possibilidade de, nomeadamente, lhes ser atribuído um lugar no novo espaço da Feira para que assim possam compensar e equilibrar financeiramente o desenvolvimento da sua actividade. A proposta que eu deixava era que se estudasse a possibilidade de disponibilizar a estas pessoas, ou a quem o desejar, uma bancada no novo espaço da feira para que possam desenvolver a sua actividade num outro espaço. Mas também, reflectir-mos, pensar-mos em conjunto, sobre que estratégia para dinamizar o Mercado Municipal, ou se vamos assistir impávida e serenamente ao definhamento do Mercado Municipal”. -----

-----O Sr. Presidente disse ainda que já aqui referiu, mais do que uma vez, que “quando o Mercado Municipal foi construído, as pessoas de Oliveira do Hospital, apontavam o dedo aos autarcas de então dizendo que, aquele equipamento era muito pequeno e que seria um fiasco. Hoje estamos a falar precisamente do inverso, ou seja, do definhamento do Mercado. Aliás, eu já falei aqui sobre esta questão e necessariamente da necessidade de alterar o seu Regulamento no sentido de resolver algumas das situações lá existentes e de tentar potenciar a dinâmica”. Mais referiu que “aquilo que nós vemos hoje, à excepção das lojas exteriores, é um Mercado interno que funciona de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

forma muito restrita, com alguns comerciantes que ainda continuam a “resistir” na venda naquele espaço”. Lembrou no entanto que, as actividades que estão previstas para o novo espaço da feira mensal são actividades complementares do Mercado, dando conta de que, se alguma das pessoas que está no Mercado pretende ir vender na Feira terá que ter um Cartão de Feirante, tal como os outros, e pagar as taxa devidas pelo espaço que vier a ocupar naquele local, lembrando que o valor das taxas a pagar por ocupação do Mercado e da Feira são diferentes. -----

**-----2.3.4 – REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DA BIBLIOTECA/ LUDOTECA DE LAGARES DA BEIRA -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Esta questão é já uma insistência minha e prende-se com o equipamento cultural Biblioteca/ Ludoteca de Lagares da Beira, propriedade da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Já várias vezes aqui reivindiquei e propus, a requalificação do jardim da referida Biblioteca, o Sr. Presidente da Câmara disse que iria encomendar um projecto para o arranjo exterior daquele espaço, referiu-se aqui que a Junta de Freguesia iria ser parte activa na manutenção do jardim depois da intervenção. Acontece é que, volvidos pelo menos dois ou três anos desde que esta questão foi abordada, o espaço continua da mesma forma. A questão que coloco é se já foi executado esse projecto, quando é que se faz a intervenção no espaço, ou se este tema também se vai arrastar e até quando.”-----

-----O Sr. Presidente referiu que se aguarda uma oportunidade, salientando que “não é por falta deste elemento que não funciona, e bem, a Biblioteca/ Ludoteca de Lagares da Beira”. Disse ainda tratar-se de um excelente espaço com todas as condições para um bom funcionamento, considerando que o embelezamento do exterior não condiciona ou melhora o objectivo que norteia a actividade desenvolvida na infra-estrutura em causa.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que há no concelho de Oliveira do Hospital um conjunto de espaços que foram requalificados e foi dignificada a sua envolvente, citando o exemplo da adaptação da antiga escola de Penalva de Alva, salientando que não percebe por que razão é que aquele equipamento já está aberto há uma série de anos e continua com um aspecto de aridez e abandono.-----

**-----2.3.5 – CENTRO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DE TRAVANCA DE LAGOS – PONTO DE SITUAÇÃO-----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que se tem abordado muito o tema social, nomeadamente no que diz respeito ao apoio aos mais desprotegidos, ao acolhimento de pessoas em situação de fragilidade social e de pobreza. Hoje por aquilo que vi na ordem de trabalhos vamos analisar o Contrato Local de Desenvolvimento Social, possivelmente a sua aplicação em Oliveira do Hospital, mas a verdade é que também em Travanca de Lagos existe um equipamento social, inicialmente designado “Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens em Risco”, que depois foi rebaptizado “Centro de Emergência Social”, está concluído desde Junho de 2007, estão lá investidos cerca de 150.000 euros, eu questiono o Sr. Presidente da Câmara acerca de quando é que se pretende dar uma utilidade àquele espaço, ou seja, quando é que se define um modelo de gestão para o espaço, quando é que se abre o espaço à comunidade, quando é que se abre o espaço aos seus utentes e quando é que finalmente é rentabilizado o investimento ali feito e com a função para o qual foi feita a intervenção naquele edifício. É louvável a requalificação, mas contudo, gastar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

dinheiro só para requalificar sem que se cumpra a sua função social acho que é diminuidor e é má política de investimento.” -----

-----O Sr. Presidente admitiu que efectivamente existem espaços que foram requalificados e que se pretende venham a funcionar em pleno, lembrando no entanto de que é preciso ter atenção a determinados aspectos, nomeadamente aquilo que é exigível ao funcionamento de um espaço daquela natureza, particularmente em termos de pessoal e em termos de segurança. Lembrou igualmente que “os custos são elevadíssimos, independentemente da existência ou não de utentes”. Disse ainda que está a ser analisada a possibilidade de estabelecer um protocolo com uma IPSS do concelho com vista à obtenção de financiamento por parte da Segurança Social. Concluiu referindo que não houve qualquer desistência do processo e que apenas se procura uma solução que seja a menos dispendiosa possível para o Município de Oliveira do Hospital. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que a requalificação daquele espaço foi muito positiva, mas que no seu entender se planeou a “olho” dado ainda não existir uma função para aquele espaço, requalificou-se, gastaram-se meios, num edifício que não serve hoje para nada.” -----

-----**2.3.6 – TERRITÓRIO ARTES**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu ter tido conhecimento de que o Ministério da Cultura relançou o programa Território Artes, um programa de apoio à promoção cultural, e à promoção de eventos, entendendo assim ser uma oportunidade para a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital apresentar candidaturas, salientando que na sua opinião devem privilegiar-se projectos de parceria, projectos de qualidade e inovadores, e que envolvam programas culturais em rede ou em itinerância, ou seja, fazer parcerias com entidades privadas mas também com outros municípios no sentido de promover a itinerância de projectos e programas culturais. Concluiu referindo que “deixava a proposta/ recomendação que se aproveite este projecto porque se não apresentarmos candidaturas, naturalmente que outros municípios o farão”.-----

-----O Sr. Presidente informou que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital já apresentou a candidatura ao Programa Território Artes. -----

**3 - ORDEM DO DIA** -----

-----**3.1 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - PEDIDO DE PARECER - AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL (CLÁSSICOS) - PROVA 500 MILHAS** -----

**D.A.G.F/Proc. 69/4/DOC.2**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 01 de Abril de 2009, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que autorizou a passagem pelo concelho de Oliveira do Hospital da prova de Maratona denominada “500 Milhas” para automóveis Clássicos, a ter lugar de 01 a 03 de Maio do corrente ano, organizada pelo “Automóvel Club de Portugal – Clássicos”. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

**3.2 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) - INSTITUIÇÕES:**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----A-1) - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA - PRÉMIO  
MANUEL DOS SANTOS GOUVEIA SERRA-----**

**D.A.G.F.**

-----Na sequência da deliberação de 7 de Março de 2006, a Câmara Municipal de acordo com os critérios definidos pela estrutura orgânica e funcional dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira deliberou, por unanimidade, atribuir o Prémio Bombeiro do Ano “Manuel dos Santos Gouveia Serra”, no montante de 750,00 € (Setecentos e cinquenta euros) ao Bombeiro de 1ª Classe – José Francisco Garcia dos Santos, com o número mecanográfico – 6820152, considerando que o mesmo reúne os critérios fixados por aquela associação. -----

**-----A - 2) - FÁBRICA DA IGREJA DE PENALVA DE ALVA-----**

**D.A.G.F./Proc. 53/4**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja de Penalva de Alva, um subsídio no montante de 5.000,00 € (Cinco mil euros) como apoio à realização de obras de reabilitação no recinto da Capela de S. Pedro, em Quintas de S. Pedro, freguesia de Penalva de Alva. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**B) - AUTARQUIAS: -----**

**-----B-1) - FREGUESIA DE BOBADELA-----**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Bobadela, um subsídio no montante de 7.000,00 € (Sete mil euros), como apoio ao calcetamento da Rua da Fonte Velha e do Largo da Fonte às Escadinhas, na Rua Álvaro António Costa Piano, naquela freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**3.3 - OBRAS PARTICULARES:-----**

**-----3.3.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----**

**D.S.T./DOC.3**

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 01 e 13 de Abril de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**3.4 - PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE --**

**D.A.G.F./DOC.4**

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto foi ainda presente pelo Sr. Presidente o ofício de referência 37/2009-PB, datado de 31 de Março de 2009, a prestar alguns esclarecimentos no âmbito da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, determinando a sua composição, competências e regras de funcionamento.-----

-----**Apreciada a mesma proposta, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude e submetê-lo a inquérito público nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo, tendo o Sr. Vereador José Francisco Rolo declarado que “Espero que, quer o Conselho Municipal da Juventude, quer os seus representantes, nomeadamente aqueles que integram aquele órgão, cumpram a sua missão e valorizem as competências que lhes são atribuídas. Salientou ainda que “cabe a todos, e em particular à Câmara Municipal dinamizar e desafiar constantemente o Conselho Municipal da Juventude”, sublinhando que “Ele já existia, desde 2002, pelo que agora apenas se alterou o seu Regulamento. Espero que desenvolva actividades úteis ao longo do ano. Quatro reuniões por ano, acho que vão permitir fazer algo de produtivo, e pelo menos intensificar os debates e o envolvimento da juventude nas actividades do Município de Oliveira do Hospital”.**-----

**3.5 - PROGRAMA DE CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**-----

**D.A.G.F./Procº 53**

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício de referência 1306/GAP, datado de 03 de Abril de 2009, a dar conta de que, no âmbito da Portaria nº 396/2007, de 02 de Abril, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 285/2008, de 10 de Abril, foi criado o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, o qual visa promover a inclusão social dos cidadãos de forma multisectorial e integrada, através de acções a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. Assim, no seguimento do disposto na Norma IV do Regulamento anexo à Portaria nº 285/2008, de 10 de Abril, convida o Município de Oliveira do Hospital, para, no âmbito da intervenção a desenvolver na área geográfica de abrangência adstrita a esta autarquia, dinamizar a referenciada parceria e seleccionar uma Entidade Coordenadora Local de Parceria, em conformidade com o estipulado na Norma VII anexa à dita Portaria, por forma a posteriormente ser celebrado um protocolo, nos termos do disposto na Norma IX da referida Portaria.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente informou que a Câmara Municipal já emitiu uma resposta, dando conta de que, na sequência desta foi efectuado um novo contacto com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital por parte de uma Técnica de Serviço Social a disponibilizar-se para começar um trabalho de parceria relativamente a esta matéria, salientando que ainda não assinou qualquer documento para o efeito. Deu ainda conta de que a entidade seleccionada para este processo foi a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobral, tendo em atenção o trabalho que já tem vindo a desenvolver nesta área e bem assim porque entende ser importante descentralizar este tipo de projectos, à semelhança da parceria efectuada com a Obra Eugénia Garcia Monteiro de Brito de Lagares da Beira, no domínio da primeira infância. Mais referiu esperar que este projecto também dê resultados, sendo que é esse o objectivo, e que haja o empenhamento necessário e adequado, quer por parte da Câmara Municipal, quer por parte da instituição, para que o projecto obtenha sucesso.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra congratulou-se pela aplicação desta medida de Política Social em Oliveira do Hospital. Prosseguiu referindo que “Esta questão já tinha sido debatida neste fórum, tinha sido levada à última Assembleia Municipal, nomeadamente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

em que solicitei ao Sr. Presidente da Câmara para que junto do Governo diligenciasse negociar a aplicação de programas no concelho, uma vez que há uma variedade de programas para combate à pobreza, à exclusão e apoio a crianças desfavorecidas. Estes Contratos Locais de Desenvolvimento Social já vão na segunda edição também servem para isso. Na altura o Sr. Presidente da Câmara disse que “os Programas do Governo devem ser aplicados pelo Governo e não pelas Autarquias”. Ora aqui esse programa do Governo eu espero que ele resulte, é um programa que vai exigir um trabalho muito grande de envolvimento da Câmara Municipal mas também da Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Vale Cobral, com sede em Meruge, e também é um projecto de investimento na área social que tem que transbordar para toda a comunidade. Tem que ser elaborado um Plano de Acção com base no diagnóstico social e no Plano de Desenvolvimento Social Concelhio. No entanto o nosso está expirado desde 2006”. Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre como é que vai ser desenvolvido este Plano de Acção. Mais referiu que “estando à partida, por aquilo que nos diz, garantido o financiamento, terá que ser feito um Plano de Acção e terão que ser desenvolvidas medidas, e essas medidas vão ter que ser concretizadas no território do concelho por um conjunto de parceiros, porque creio que o projecto terá âmbito concelhio, ou seja, terá que haver entidades locais executoras das acções. Eu questionava ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre como é que vão ser seleccionadas essas entidades?” -----

-----O Sr. Presidente referiu que o Plano de Acção vai ser elaborado por uma Técnica de Acção Social dos Serviços da Segurança Social, em conjunto com os serviços da Câmara Municipal e da Associação de Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobral, documento que será realizado com base nos elementos que já foram recolhidos e que estão também a ser trabalhados com vista à elaboração da Carta Social para efeitos de apresentação de candidatura. Mais referiu que já há muito trabalho feito nesta base pelo que será aproveitado para a concretização dos referidos Contratos Locais de Desenvolvimento Social. Disse ainda que o Plano de Acção poderá ainda vir a contribuir para uma eventual valorização da Carta Social, pelo que considera não haver qualquer problema ou incongruência nesta matéria. Informou também que a mencionada Técnica de Acção Social da Segurança Social já dialogou com a Dra. Ana Rodrigues, Técnica Superior desta Câmara Municipal, disponibilizando-se para realizar quantas reuniões forem necessárias com vista ao desenvolvimento do Plano de Acção. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “vai haver uma entidade coordenadora que foi seleccionada pela Câmara Municipal, que é a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Vale Cobral, mas depois haverá outras entidades - IPSS's que também vão estar envolvidas no mesmo processo, portanto, eu questionava sobre quando é que essas entidades vão ser seleccionadas para o efeito e bem assim em que fase é que esse processo irá decorrer? Ao que aquele responsável deu conta que será o Plano de Acção, que está em fase de elaboração, a definir esses parâmetros. ----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo mais referiu que “quando o Dr. Mário Ruivo, na sessão do centenário da Sociedade Recreativa e Lealdade Sampaense, anunciou o desenvolvimento em Oliveira do Hospital, ou propôs à Câmara Municipal o desenvolvimento deste Contrato Local de Desenvolvimento Social, falou em valores na ordem dos 150.000 euros, eu questionava também o Sr. Presidente da Câmara se já tem alguma dotação prevista com vista à concretização deste projecto? Ao que aquele responsável respondeu que ainda não tem nada previsto para o efeito, dado que apenas tem vindo a responder às solicitações feitas à Câmara Municipal sobre o assunto, pelo que aguarda novas comunicações por parte de quem de direito para que diga o que há a fazer a seguir. Deu ainda conta de que a referida parceria era para ter sido assinada na semana passada, não foi, pelo que aguarda novas instruções. -----

**3.6 - SINALIZAÇÃO DAS RUAS ENVOLVENTES AO PARQUE DA FEIRA -----**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

D.S.T./DOC.5

-----Por proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Sinalização Definitiva e Provisória (amovível) das Ruas Envoltantes ao Parque da Feira, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -- -----

**3.7 - ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – MINUTA DO PROTOCOLO PARA O ESTABELECIMENTO DE BASES DE UMA PARCERIA PÚBLICA -----**

D.A.G.F./ Proc.42/19/DOC.6

-----O Senhor Presidente apresentou a Minuta do Protocolo em epígrafe, enviado para análise pela empresa Águas do Zêzere e Côa.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da Minuta do Protocolo em causa, documento que se anexa e fica a fazer parte integrante desta acta, tendo em vista o prosseguimento dos trabalhos tendentes à constituição de uma eventual parceria para a organização dos sistemas municipais, de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas. Foi igualmente deliberado remeter aquele documento à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

**3.8 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----**

**-----3.8.1 - ADXTUR - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ALDEIAS DO XISTO - ASSEMBLEIA-GERAL -----**

D.A.G.F.

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da presença da Dra. Ângela Marques, em representação do Município de Oliveira do Hospital, na Assembleia-Geral da ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, que teve lugar no passado dia 02 do corrente mês de Abril, na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma, conforme informação elaborada por aquela Técnica Superior, em 03 de Abril de 2009: -----

- I – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas de 2008; -----
- II – Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2009; -----
- III – Apresentação do Regulamento Interno da ADXTUR;-----
- IV – Discussão dos valores das quotas anuais; -----
- V – Ponto de situação dos Projectos PROVERE – Aldeias do Xisto – e Plano de Mobilidade do Pinhal Interior; -----
- VI – Ponto de situação dos compromissos financeiros protocolados; -----
- VII – Outros assuntos de interesse para os associados. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o Relatório de Actividades e Contas relativo ao exercício de 2008, à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

**-----3.8.2 - CESAB - CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE - ASSEMBLEIA-GERAL -----**

D.A.G.F.

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da presença da Dra. Ângela Marques, em representação do Município de Oliveira do Hospital, nas Assembleias-Gerais Ordinária e Extraordinária do CESAB – Centro de Serviços do Ambiente, que se realizaram no dia



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

25 de Março do corrente ano, na Mealhada, com as seguintes ordens de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados nas mesmas, conforme informação elaborada por aquela Técnica Superior, em 31 de Março de 2009: -----

-----**ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA:**-----

-----I – Discutir, aprovar ou modificar o relatório de gestão, balanço e contas e o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2008;-----

-----II – Deliberar sobre a proposta de Aplicação de Resultados;-----

-----III – Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Associação;-----

-----IV – Pedido de Autorização de Prorrogação de Mandato dos actuais Órgãos Sociais.-----

-----**ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA:**-----

-----Ponto I – Discutir e votar a proposta de alteração dos Estatutos;-----

-----Ponto II - Deliberar sobre o aumento de fundo societário por incorporação de reservas.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o Relatório de Gestão, Balanço e Contas relativo ao exercício de 2008, à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

-----**3.8.3 - MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A. - ASSEMBLEIA-GERAL**-----

**D.A.G.F.**

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da Assembleia-Geral da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., que teve lugar no dia 30 de Março de 2009, com a seguinte ordem de trabalhos. Informou ainda que não obstante não poder ter estado presente na mesma nem nenhum representante do Município de Oliveira do Hospital, solicitou oportunamente cópia da referida documentação.-----

-----1 – Discussão e votação do relatório de gestão e do relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008;-----

-----2 – Discussão e votação da proposta de aplicação de resultados;-----

-----3 – Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;-----

-----4 – Discussão de outros assuntos de relevância para a sociedade.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2008, à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

-----**3.8.4 - WRC - WEB PARA A REGIÃO CENTRO, AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S.A.**-----

**D.A.G.F.**

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da presença da Dra. Ângela Marques, em representação do Município de Oliveira do Hospital, na Assembleia-Geral Ordinária da WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A., que teve lugar no passado dia 31 de Março do corrente ano, no Auditório da WRC, sito no Cúria Tecnoparque, em Tamengos, Anadia, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados nas mesmas, conforme informação elaborada por aquela Técnica Superior, em 01 de Abril de 2009:-----

-----I – Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2008;-----

-----II – Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2008;-----

-----III – Deliberação sobre a Aplicação de Resultados;-----

-----IV – Apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----V – Outros assuntos.-----  
-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2008, à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----**3.8.5 - A.N.M.P. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - DÍVIDAS DO ESTADO AOS MUNICÍPIOS**-----

D.A.G.F./Proc.33/11

-----Presente o ofício circular com a referência 38/2009-PB, datado de 30 de Março de 2009, remetido pela entidade em epígrafe, a dar conta de que, face à problemática das dívidas do Estado aos Municípios, e face à posição do Ministério das Finanças sobre o assunto, e que a seguir se transcreve na íntegra «*Relativamente ao não pagamento de dívidas acumuladas referentes a contratos programa esclarece-se que, face à informação que foi possível recolher, se constatou que, em grande parte, se trata de dívida não enquadrável no conceito de dívida certa, líquida e exigível, não sendo reconhecida pelos ministérios que assinaram os respectivos contratos programa, dado que ainda se encontram por cumprir certas cláusulas dos contratos, prévias ao desembolso da comparticipação do Estado*», o Conselho Directivo da ANMP analisou uma vez mais a problemática em causa, tendo deliberado sugerir aos Municípios que procedam a uma ponderação da situação descrita, e que utilizem os mecanismos legais ao dispor que se revelem aptos ao cumprimento obrigatório das obrigações assumidas pelo Estado, recorrendo para o efeito aos Tribunais, disponibilizando-se a ANMP, na medida em que as situações em causa são similares, para proceder à contratação dos advogados necessários a esse efeito, suportando os municípios os encargos respectivos.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3.8.6 - PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - ALTERAÇÃO AO REGIME JURÍDICO DE RECENSEAMENTO ELEITORAL**-----

D.A.G.F./Proc.58/1/DOC.7

-----Remete para conhecimento o Projecto de Lei nº 714/X/4ª Alteração ao Regime Jurídico de Recenseamento Eleitoral, que entregou na Mesa da Assembleia da República no passado dia 1 de Abril do corrente ano, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, solicitando que seja dado conhecimento do mesmo à Assembleia Municipal.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o referido documento à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----**3.8.7 - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DO CENTRO - TRANSFERÊNCIA DA SEDE DA DIRECÇÃO REGIONAL DE ECONOMIA DO CENTRO**-----

D.A.G.F./Proc.13

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente o ofício circular nº 3186, datado de 27 de Março de 2009, remetido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3.8.8 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.8



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 31 de Março e 13 de Abril de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**4 – OUTROS ASSUNTOS**-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto:-----

**4.1 - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **1.000,00 € (Mil euros)** como apoio à realização do Festival Nacional da Canção Redentorista, organizado pelo Grupo de Jovens ÁGAPE, de Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**4.2 - AUXÍLIOS ECONÓMICOS**-----

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação dos seguintes montantes a atribuir aos Agrupamentos Escolares do Concelho (3ª tranche), no âmbito das participações para manuais e outro material escolar dos alunos abrangidos pelos escalões A e B dos auxílios económicos:-----

AGRUPAMENTOS	Nº DE ALUNOS	TOTAL
BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS	3	146,00 €
CORDINHA	1	40,00 €
VALE DO ALVA	1	50,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>236,00 €</b>

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea d) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**5 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES**-----

**5.1 - VEREADOR PAULO ROCHA**-----

**5.1.1 - REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE**-----

D.A.G.F./ Proc. 53



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião do Conselho Municipal da Juventude, que teve lugar no passado dia 08 de Abril do corrente ano, na Sala de Reuniões do Município de Oliveira do Hospital, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma: --

-----I – Projecto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude – Emissão de Parecer; ----

-----II – 5ª. Semana da Juventude; -----

-----III – Outros assuntos; -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**5.1.2 - ADI – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL – ASSEMBLEIA-GERAL**-----

D.A.G.F./ Proc. 53

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na Assembleia-Geral da ADI, que teve lugar no passado dia 31 de Março do corrente ano, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

-----Ponto 1 - Aprovação da Acta da reunião anterior;-----

-----Ponto 2 – Informações;-----

-----Ponto 3 – Apreciação e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2009; - -----

-----Ponto 4 – Apreciação e aprovação do Relatório de Gestão e Contas do ano de 2008;-----

-----Ponto 5 – Apreciação e aprovação da proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2008; -----

-----Ponto 6 – Outros assuntos. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2008, à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

-----**CONCLUSÃO DA ACTA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 14 de Abril de 2009**-----



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 14 DE ABRIL  
DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**Presidente**

---

**Vereadores**

---

---

---

---

---

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 14 DE ABRIL  
DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**